

A BUSCA PELO NÃO-SECTARISMO INTELLECTUAL NA REVISTA *ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA* (1978-1982)¹

Dédallo NEVES²

RESUMO: Propomos com este artigo analisar as manifestações na e da *Encontros com a Civilização Brasileira* (1978-1982) sobre a questão da intelectualidade. A partir da mobilização de diferentes expressões para promover e criticar o engajamento associado ao nacional-popular, a revista pretendeu se desvincular do sectarismo intelectual, tendo em vista que seus editores, Ênio Silveira e Moacyr Félix, foram críticos das interferências em produções intelectuais desde os anos 1950. Para isso, elencamos duas posições passíveis de identificação: a primeira associada à crítica ao vanguardismo intelectual, que emerge nos anos 1970 e 1980; e a segunda que defendia posicionamentos dos anos 1960, em que o intelectual agia como a vanguarda da sociedade. A tensão presente entre as duas visões e a tentativa de congregar ambas levou a uma linha editorial confusa e eclética da revista.

PALAVRAS-CHAVE: Encontros com a Civilização Brasileira; Intelectuais de Esquerda; Sectarismo; Revista Político-Cultural.

THE SEARCH FOR INTELLECTUAL NON-SECTARIANISM IN THE JOURNAL
ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (1978-1982)

ABSTRACT: *This article proposes to analyze the manifestations about intellectuality in and of Encontros com a Civilização Brasileira (1978-1982). From the mobilization of different*

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes).

² Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba – PR – Brasil. Doutorando em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1574-0856>. depaula.neves@hotmail.com.

expressions to promote and criticize the engagement associated with the national-popular, the magazine intended to disassociate itself from intellectual sectarianism, considering that the editors, Ênio Silveira and Moacyr Félix, were critical of interference in intellectual productions since the 1950s. For this purpose, we listed two positions that can be identified: the first associated with the critique of intellectual avant-garde, which emerged in the 1970s and 1980s; and the second, which defended positions from the 1960s, in which the intellectual acted as the vanguard of society. The tension between the two views and the attempt to bring them together led to a confused and eclectic editorial line in the magazine.

KEYWORDS: *Encontros com a Civilização Brasileira; Leftist Intellectuals; Sectarianism; Political-Cultural Magazine.*

Introdução

A revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, publicada entre 1978 e 1982, pode ser compreendida como a retomada do projeto editorial da *Revista da Civilização Brasileira* (RCB), que circulou entre os anos 1965 e 1968 (quando foi fechada após o AI-5).

Após uma década de modernização conservadora (ORTIZ, 1999) da ditadura militar, houve uma alteração na intelectualidade brasileira, principalmente a vinculada ao nacional-popular ou à brasilidade revolucionária (RIDENTI, 2010), reorientando as produções expressadas na revista.

Por isso a associação entre a *Encontros* e a RCB deve ser feita cautelosamente. Ainda que a forma de atuação editorial da primeira remetesse à segunda e seus editores, Ênio Silveira e Moacyr Félix, também atuassem com a residualidade (WILLIAMS, 2011) do nacional-popular típico dos anos 1950 e 1960. De uma forma ou de outra, a discussão sobre o papel da intelectualidade esteve presente na última fase³ da *Civilização Brasileira* inserindo longos debates e dossiês sobre o tema.

Propomos com este artigo analisar a manifestação *na e da Encontros* sobre a questão intelectual e como ela mobilizou diferentes eixos para promover o engajamento intelectual como ação política vinculada ao nacional-popular ou para criticar tal perspectiva; e, por fim, analisar sua tentativa de se desvincular do entendimento “sectarismo intelectual” repercutindo os campos em disputa sobre a posição da intelectualidade no final dos anos 1970 e começo dos 1980.

³ Compreendemos como última fase o período entre 1978 e 1982, ano que a editora é vendida ao grupo DIFEL.

Para isso temos em vista a sociologia da cultura de Raymond Williams e sua concepção de “estrutura de sentimento”, cuja intenção é definir qualidades particulares da experiência social e relações sociais que definem uma geração ou um período (WILLIAMS, 1979, p. 133-134). Williams se interessa por significados e valores como são vividos e sentidos ativamente.

Esta é uma maneira de definir formas e convenções na arte e literatura como elementos inalienáveis do processo material social – não pela derivação de outras formas e pré-formas sociais, mas como formação social de um tipo específico que pode, por sua vez, ser considerada como a articulação (com frequência, a única articulação plenamente existente) de estruturas de sentimento que, como processos vivos, são experimentadas de forma muito mais ampla. (WILLIAMS, 1979, p. 135).

De forma a sintetizar, pode-se dizer que uma estrutura de sentimento é o resultado vital de todos os elementos da organização da cultura.

As expressões sobre a intelectualidade na *Encontros com a Civilização Brasileira*

Em 1979, a *Encontros* publicou “Tarefas dos Intelectuais na Revolução Democrática”, no volume 14, texto de Florestan Fernandes (1979) em que é debatida a sua concepção de intelectual e é feita uma defesa da “proletarização” da intelectualidade para que ela fosse posta no mesmo patamar da “massa brasileira”, segundo suas palavras. A argumentação ecoa nas concepções de cultura popular da esquerda católica, em que o papel do intelectual era o de mediador, gerador de ativismo cultural das bases operárias e camponesas, “visando a desencadear um processo coletivo de libertação social e política” (NAPOLITANO, 2017, p. 276).

Em vista disso, passou-se a ser forjado um novo perfil de intelectual, vinculado principalmente ao Partido dos Trabalhadores, após 1980, cuja crítica residia contra os discursos nacionalistas dos anos 1960, o vanguardismo e o frentismo cultural, bases de sustentação da política de cultura do Partido Comunista do Brasil (PCB). Logo, o intelectual, em vez de condutor das massas, deveria criticar as tradições anteriores e possibilitar caminhos, e não indicar um único, “rompendo com uma tradição iniciada com o modernismo e confirmada pelo ISEB⁴

⁴ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi um órgão vinculado à presidência da República, criado em 1955 e extinto com o golpe militar. Nomes como Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto compunham-no.

e pelo CPC⁵, que reafirmou o artista e o intelectual como artífices da nação e do povo” (NAPOLITANO, 2017, p. 288).

A ideia de romper com uma *longa tradição modernista*⁶ é crucial no contexto brasileiro da passagem dos anos 1970-80. A “nova esquerda” com seu “novo modelo de intelectual” desestabilizou o entendimento sobre a figura e a ação dos intelectuais, que se renovavam nem sempre com as mesmas matizes, mas sempre em favor da construção da cultura brasileira. Ao fazer isso, a nova esquerda não emplacou um substituto, deixando um vácuo a ser ocupado ou preenchido, porém com menos força (NAPOLITANO, 2017).

O que competia a este intelectual – uma síntese da militância católica com os antipecebistas de esquerda que apregoavam o antiautoritarismo, o antivanguardismo e, até mesmo, o anti-intelectualismo (no sentido do intelectual ser o intérprete universal) – era:

Expor as tensões, nomeá-las, apontar caminhos políticos sem propriamente indicar o único caminho possível necessário de ação, como fazia a vanguarda nacional-popular. [O novo intelectual] Não se arvorava como consciência do futuro, mas como crítico do passado, na tentativa de abrir as possibilidades de ação coletiva no presente. A aposta no criticismo, no basismo e no ativismo dos trabalhadores como antídotos do “nacionalpopulismo” deveria evitar os erros dos intelectuais nacionalistas de esquerda, derrotados em 1964: a doutrinação ideológica, o vanguardismo partidário e o monopólio da consciência histórica. (NAPOLITANO, 2017, p. 287).

Tanto Ênio Silveira quanto Moacyr Félix, e a própria *Civilização Brasileira* como instituição e, conseqüentemente, suas publicações, eram o que devia ser combatido, segundo o intelectual da década de 1980, uma vez que eles eram um dos representantes do nacional-popular pecebista. “Essa perspectiva seria reforçada pela emergência dos operários e dos movimentos sociais de periferia como atores políticos importantes, a partir de 1978” (NAPOLITANO, 2017, p. 284), ano de lançamento da *Encontros*.

Apesar das posições de seus editores, a *Encontros* não deixaria de problematizar as questões, como o já citado Florestan que, em seu texto publicado na revista, aproxima-se mais da perspectiva do intelectual ligado ao PT do que ao PCB.

⁵ O Centro Popular de Cultura (CPC) foi uma organização vinculada à União Nacional dos Estudantes, criada em 1962 e extinta em 1964 pelos militares, após o golpe.

⁶ Definição que está em desenvolvimento, mas podemos dizer que trata de temas e impasses legados pelo Movimento Modernista presentes nos projetos culturais e políticos brasileiros entre os anos 1920 e 1970.

No volume 24, publicado em junho de 1980, o sociólogo e professor Gisálio Cerqueira Filho publicou o texto “O intelectual e os setores populares”, que endossa a tarefa do novo intelectual a tomar como base teórica Antonio Gramsci, bastante difundido no período para discutir o assunto⁷. A crítica ao intelectual nacional-popular é o objetivo do artigo, confirmando o argumento de Napolitano sobre o olhar do passado. E embora não seja possível reduzir uma obra em um artigo, nesse em específico o sociólogo é pouco propositivo, seu objetivo é apontar os equívocos do intelectual que “sabe, mas nem sempre compreende” (citação de Gramsci usada no primeiro parágrafo pelo autor).

Cerqueira Filho afirmou que os comprometidos com a transformação social no Brasil “frequentemente se deparam com a figura intelectual (no sentido corrente do termo)” (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 15) – ele faz o parêntese porque adiante diferenciou as modalidades de intelectual conforme Gramsci e para indicar que ele fala do intelectual sectarista e centralista, ou seja, associando ao intelectual pecebista e pondo-o como um entrave da mudança social. “Esse tipo de intelectual (quase sempre jovem universitário, professor, estudioso de Ciências Humanas) se atribui a si mesmo a tarefa pedagógica e se apresenta como o educador por excelência dos setores” (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 15). E continua,

O intelectual (no sentido corrente do termo) se distingue de forma imediata dos seus pares. Essa distinção, que no primeiro momento é percebida em termos de postura tanto física quanto ideológica passa também por uma formação científica mais elaborada, refinada e, quase sempre, por um vocabulário mais hermético à compreensão dos oprimidos. Em geral esse tipo de intelectual faz da falta de clareza e do purismo ideológico ao mesmo a sua grandeza e a sua miséria. (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 16).

⁷ A presença de Gramsci nas discussões sobre os intelectuais seria marcante nos anos 1970 e 1980. A própria Civilização Brasileira, a partir de Carlos Nelson Coutinho, estava empenhada em traduzir os Cadernos do Cárcere desde o final da década de 1960, mas em decorrência do AI-5 teve uma primeira recepção tímida (COUTINHO, 1992, p. 119), mesmo com publicações do próprio Coutinho e de Leandro Konder na RCB. Coutinho atribuiu uma “crise da esquerda tradicional” e o declínio da ditadura, ou seja, pós-1976, como fatores que alavancaram a maior recepção da obra do intelectual sardo. Sem a censura desta e com o vácuo das “organizações marxistas tradicionais”, a obra de Gramsci ganhou cada vez mais repercussão. “A difusão do autor dos Cadernos do cárcere superou amplamente as fronteiras da Universidade; alguns de seus conceitos fundamentais, em particular o de ‘sociedade civil’, são cada vez mais utilizados em análises políticas e historiográficas publicadas recentemente no Brasil por autores comunistas, socialdemocratas, cristãos-progressistas e até mesmo liberais. Podemos assim dizer que Gramsci conquistou um espaço próprio na via intelectual brasileira, tornando-se uma força viva e um ponto obrigatório de referência no complexo processo de renovação teórica e política que hoje envolve a esquerda brasileira” (COUTINHO, 1992, p. 120). Segundo Napolitano, na passagem dos anos 1970 e 1980, a reinserção de Gramsci apontada por Coutinho se dá por uma nova chave, o autor eurocomunista, vinculado com ideias revolucionárias não é tão lido quanto o teórico da cultura e educação popular (NAPOLITANO, 2017, p. 291, n. 80).

O autor também acusou as arguições realizadas por esse intelectual, cujo “parâmetro que orienta a ação é dado sobretudo por análises genéricas da realidade que acabam por impedir o acesso ao sentir dos oprimidos (setores populares)” (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 16), estes compreendidos por ele como a população que “têm a sua sobrevivência assegurada pelo emprego ou venda da força física de trabalho: operários, lavradores, posseiros, assalariados rurais, boias-frias, trabalhadores manuais autônomos, empregados no setor de serviços [...] e subempregados” (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 19). Após apontar alguns “equívocos do intelectual”, Cerqueira Filho chega aos “quatro erros básicos do educador pedante, teórico desligado da prática: elitismo, golpismo, cientificismo e centralismo” (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 16). Esses erros foram definidos por Frei Betto (1979) em publicação na *Encontros*, “A educação nas classes populares”, confirmando a presença da Igreja Católica na intelectualidade de esquerda anunciada no início dos anos 1980.

Aqui nos cabe suspender Cerqueira Filho por um breve parágrafo para entender como o frade dominicano definiu os “quatro equívocos”, e apresentar como o debate sobre intelectuais apareceu na *Encontros* de diferentes formas. O *elitismo*, para Betto, consistia na “índole dos instrumentos nascidos fora da base, por iniciativa de setores que não possuem nenhuma vinculação efetiva com as camadas populares, embora estejam interessadas em ajudá-las, salvá-las ou libertá-las” (BETTO, 1979, p. 167); e adiante: “a tendência elitista acredita em seu próprio discurso como expressão da verdade e, por isso, elabora textos e programas que são remetidos à base que deve assimilá-los e nortear-se por eles” (BETTO, 1979, p. 167).

O *golpismo* não parece direcionado aos intelectuais de esquerda, pois segundo Frei Betto era frequentemente encontrado nos instrumentos elitistas e se caracterizava à esfera do poder oficial. “Os adeptos dessa tendência não se perguntam como chegar à base popular, mas sim como chegar ao poder” (BETTO, 1979, p. 167).

O *cientificismo* e o *centralismo* “são filhos bastardos da interpretação errônea, mecanicista, de um dos mestres da ação política, feita fora do contexto, não apenas do conjunto de sua obra, mas sobretudo de sua prática, por quem extrai frases aleatoriamente” (BETTO, 1979, p. 168). Assim como no elitismo, no cientificismo havia um caráter de crítica ao vanguardismo, citado pelo autor no tópico anterior de seu texto⁸, pois segundo ele:

⁸ Diz Frei Betto: “A manipulação vanguardista se caracteriza pelo fato de um grupo arvorar-se em um único intérprete daquilo que é bom e necessário para o povo. Toda iniciativa nasce no interior desse grupo artificialmente

O cientificismo concebe que “a ciência vem de fora do povo”, como se o educador tivesse a completa imunidade frente à ideologia dominante [...] Não leva em conta o saber popular, a capacidade de os educandos aprenderem, à sua maneira, não apenas a realidade em que vivem, mas inclusive um modo próprio de decifrar essa realidade. O saber objetivo, revestido de categorias acadêmicas, e tido como a verdade, cabendo ao educador, messianicamente, “revelar” esta verdade à consciência alienada do povo. Esta postura impede o educador [ou o intelectual] de perceber a intuição de classe das camadas populares e a validade de seus canais de expressão. (BETTO, 1979, p. 168).

E, por fim, o *centralismo* “muitas vezes se apresenta sem o seu caráter democrático” (BETTO, 1979, p. 168, grifo do autor), uma explícita crítica ao PCB, cuja forma partidária baseava-se no centralismo democrático. “Transforma-se num princípio legitimador de uma cúpula que decide sem consulta às bases, como se a ação brotasse de discussões teóricas e não das exigências do real e de uma análise de conjuntura feita a partir e com os educandos. Destes é tirado o poder de decidir” (BETTO, 1979, p. 168).

Posto isso, a forma como Cerqueira Filho citou os quatro erros básicos do intelectual passa a ser um pouco impertinente, pois ele associou o golpismo à figura do intelectual pecebista ou nacional-popular. O que foi detalhado em Frei Betto, é posto como mesmo argumento em Cerqueira Filho, podendo causar uma interpretação equivocada dos leitores da *Encontros*. O que pode se confirmar na continuação após os quatro equívocos no texto de Cerqueira Filho, que se encarregou de fazer a vinculação: “Nada mais correto para aqueles que trabalham lado a lado com os oprimidos do que identificar *esse tipo pernicioso de intelectual* que efetivamente atrapalha as tarefas de conscientização e organização populares” (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 16, grifo nosso).

Porém, não seria possível praticar apenas o anti-intelectualismo. Ele encontrou, como muitos no período, em Gramsci a justificativa da figura do intelectual: “O que importa na teoria gramsciana sobre o intelectual é: [...] a consideração na figura do intelectual, da atividade técnica (competência) na sua relação dialética com a prática política” (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 17). A mesma conclusão que Daniel Pécaut chegou ao estudar os intelectuais no Brasil sobre a atuação entre “a mobilização social e as táticas políticas”, nas quais eles tornam-se “mediadores que façam a articulação entre um plano e outro. Essa é

estruturado, bem como o programa político e as normas de ação, e não através das formas próprias de organização da base.” (BETTO, 1979, p. 166-167).

a função desempenhada pelos intelectuais e que lhes permite transformar-se em ator político” (PÉCAUT, 1990, p. 308).

A discussão sobre o intelectual em Gramsci figurou no primeiro texto em que o debate foi elencado com mais destaque, no volume 3, assinado por Luiz Alberto Gómez de Souza, vinculado ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Um artigo com características teóricas; no início há elementos que vão no mesmo sentido da deslegitimação do intelectual dos anos 1960 tributário ao nacional-popular.

Quando se fala de intelectual uma imagem vem logo à mente. Trata-se de um cavalheiro com ressaibos de erudição, afogado em terminologia complicada, tropeçando nos meandros de seu próprio discurso, especialista em obscurecer os problemas, sem maior utilidade para as situações quotidianas. Frequentemente a falta de clareza é sua arma e o fato de não chegar aos problemas concretos, defesa para não comprometer-se. Assim, o termo intelectual evoca alguém de expressão ausente, que olha para além do horizonte, na direção de invisíveis galáxias. Não é de estranhar que essa categoria esteja um pouco desprestigiada. (SOUZA, 1978, p. 27).

Por outro lado, ele encontrou outro tipo de intelectual – mais “saudável”. “Mas também entre nós, ao lado do populismo manipulador, encontramos uma tendência que, em reação saudável contra vanguardismos e posições elitistas, proclama a necessidade de uma conversão ao povo” (SOUZA, 1978, p. 28), apesar disso fez uma ponderação em tom de concordância, “Isso vai muitas vezes acompanhado de uma atitude anti-intelectual e de uma desconfiança, *até certo ponto justificada*, pelas chamadas teorizações” (SOUZA, 1978, p. 28, grifo nosso). Isto é, se for recusar os vanguardismos a atitude anti-intelectual seria preferível, pois caberia ao intelectual não teorizar e apontar o caminho, e sim “ir ao povo” (SOUZA, 1978, p. 28). Após uma discussão sobre o conceito de intelectual orgânico em Gramsci, Gómez de Souza acrescenta: “Com isso, os intelectuais não se reduzem aos tipos mais conhecidos do literato, o filósofo e o artista, mas recebem em seu âmbito o pesquisador, o técnico, o educador, o administrador, os organizadores da sociedade civil e da sociedade política” (SOUZA, 1978, p. 29). E conclui dizendo:

A fonte de um trabalho intelectual que pretende estar a serviço das novas classes populares emergentes devem ser todas estas experiências que estão surgindo [as CEBs] [...] Faz-se necessário escutar o “clamor do povo”,

traduzi-lo, descobrir-lhe os elementos fundamentais e encaminhá-lo numa direção fecunda. É a única maneira de manter a fidelidade aos verdadeiros agentes do processo histórico que nasce. (SOUZA, 1978, p. 38).

A análise de Gómez de Souza indica que é o povo que diz aos intelectuais, e não estes que apontam a direção, como faziam os associados ao nacional-popular, aqueles aos quais estavam vinculados Ênio Silveira, Moacyr Félix e muitos que orbitavam a *Encontros* e o “grupo Civilização”⁹.

As expressões sobre a intelectualidade da *Encontros* com a *Civilização Brasileira*

Mesmo apresentando os debates da ordem daqueles dias sobre o novo intelectual e a opacidade do intelectual vanguardista orientador das massas, vozes da *Civilização Brasileira* também ecoaram confirmando o editorial do primeiro volume, cujo objetivo de “discordar de ‘valores eternos’ [e] ‘verdades indiscutíveis’” (SILVEIRA, 1978, p. 8).

Uma das vozes que dissertou sobre a figura do intelectual e fez coro às posições vanguardistas de seus editores foi Nelson Werneck Sodré, historicamente ligado ao ISEB e ao PCB, com o ensaio “Posição e responsabilidade dos intelectuais” no volume 18, originalmente escrito para o número 23 da RCB, que não saiu por conta do fechamento da revista no número 22 após o AI-5. Temos aqui, portanto, uma perspectiva congelada no tempo, o que Sodré pensava sobre a figura do intelectual naquele ano. Moacyr Félix e Ênio Silveira consideraram o ensaio ainda pertinente à contribuição do debate, a reforçar os marcos da década de 1960 da argumentação dos editores na *Encontros*.

A compreensão da figura do intelectual já se diferencia em seu fundamento dos textos do tópico anterior, Sodré não partiu da concepção gramsciana em que cada classe possui seu intelectual, para ele

[...] a diferença entre o trabalho físico e o trabalho intelectual existe desde que existe a sociedade dividida em classes, e persiste por algum tempo, mesmo depois de surgir a sociedade socialista: o trabalho intelectual é próprio de uma classe, o trabalho físico é próprio de outra. É mais do que sabido, por exemplo, que a denominação de liberais, dada a atividades peculiares aos intelectuais e às suas profissões, esteve, na origem, ligada

⁹ Ver: Vieira (1998).

à condição concreta: à condição de homens livres, isto é, não sujeitos à servidão. (SODRÉ, 1979, p. 100).

Em certa altura, o autor, ao debater a formação do mercado de bens culturais e a “invasão” da indústria cultural no Brasil, embora sem usar exatamente esse aparato teórico, forneceu pistas sobre a posição criticada nos textos acima. Sobre o mercado da música queixa-se que pouco fala sobre o que “é imposto ao gosto do público” como “gosto público”, “cultivada por um aparelho publicitário gigantesco, capaz de fazer crer que o branco é negro” (SODRÉ, 1979, p. 106).

Embora a acusação fosse direcionada à indústria cultural, crítica compartilhada pela esquerda católica e não pecebista, poderíamos identificar uma subestimação e categorização por parte de Sodré do que seria o gosto do público; sobre esse dirigismo intelectual que recaiu sobre a crítica dos novos intelectuais que não compartilhavam do aparato pecebista.

Por outro lado, o autor destacou que à intelectualidade não era inerente uma boa posição política. Ele conferiu maiores possibilidades às “pessoas pouco ilustradas” que “podem ter compreensão política superior à de pessoas muito ilustradas [...] Um operário pode ter – tem, com frequência – posições políticas mais justas, mais lúcidas, qualitativamente superiores às de um intelectual, de um escritor, de um político.” (SODRÉ, 1979, p. 112).

Como o artigo foi escrito em 1967, talvez o auge da relativa “hegemonia cultural de esquerda” (SCHWARZ, 1978), Sodré mencionou ser “fácil constatar, por outro lado, que o pensamento válido, em nosso País, é o pensamento de esquerda, em todos os campos da arte” e citou os campos de atuação no universo cultural dominados pela esquerda, fato duvidoso em dezembro de 1979 em decorrência da indústria cultural. Destacou também a superioridade moral em assumir tal posição.

O predomínio absoluto e indisfarçável do pensamento de esquerda não significa que os indivíduos são melhores por serem de esquerda; melhor, na verdade, é o que eles defendem, e mais fascinante, e mais belo, e mais fecundo, e mais alto e mais progressista e avançado. Por isso é que tal pensamento é válido e o seu antípoda não é, é desmoralizado, é superado, é limitado. (SODRÉ, 1979, p. 116).

Na sequência da citação é que a marca pertinente aos intelectuais pecebistas que viam no intelectual figura de destaque no processo histórico se revela.

Como a pequena burguesia particularmente a urbana, e, nela, determinados grupos, como o dos intelectuais, e dos artistas e escritores, particularizando ainda mais, representa força importante no processo histórico brasileiro, na etapa atual, com papel de relevo, estes tendem naturalmente para a esquerda [...] de sorte que o comum passou a ser a participação do artista na política, enquanto indivíduo. (SODRÉ, 1979, p. 116)

Nas conclusões o autor indicou um compromisso histórico do intelectual para com o país a partir de sua atuação política. Sobre a arte e os artistas, disse que um dos seus objetivos é a representação da verdade, o que ultrapassa a literalidade da realidade, pois a verdade além de ser concreta, pode ser revolucionária. Naquele 1967, Sodré (1979, p. 119) afirmou: “basta ser o artista honesto na representação da realidade para [...] assumir posição revolucionária”.

Sim, os intelectuais cumpriram o seu dever; os artistas, os escritores nisso incluídos. Nos dias tenebrosos de 1964 e de 1965, artistas e estudantes ficaram, praticamente, isolados, lançando os seus protestos, contra todos os desmandos. Deram provas de consciência, de coragem e até de organização. (SODRÉ, 1979, p. 122).

Portanto, além de os intelectuais serem a consciência da realidade e refletirem e intervirem “com o sentido profético que as criações artísticas às vezes contêm”, Sodré apontou, ainda que numa análise preliminar, como o intelectual brasileiro dos anos 1960 cumpriu um papel histórico ao entoar contra o regime de maneira isolada, isto é, enquanto outras categorias – ou classes, seguindo a definição de intelectual do autor – não deram a mesma “prova de consciência”.

O volume 12, publicado em junho de 1979, trouxe um dossiê sobre o intelectual: “Oito enfoques sobre o papel da intelectualidade”; com ele evidenciava-se em certa medida a posição da revista sobre o tema. Mesmo com opiniões críticas aos intelectuais vinculados ao nacional-popular e até contraditórias na percepção entre elas, não é destacado em momento algum o novo perfil de intelectual que emergiria nos anos 1980. Logo, nas 75 páginas do dossiê, temas como basismo, classismo, pedagogia do oprimido, papel da Igreja não são nem abordados. O intelectual ligado à cultura, à ciência e à universidade sim. E mesmo com as contradições, as críticas do novo intelectual sobre o intelectual vanguardista não foram evidenciadas.

Outro ponto que se destaca para compreender que o dossiê é uma posição editorial da revista sobre o intelectual – e com isso não queremos dizer a sua

definição ou mesmo o seu papel na sociedade, mas os termos em que o debate deveria ser colocado – é a data de dois textos em particular: o terceiro: “Dilema político dos intelectuais”, de Manoel Maldonado Denis em que após a minibiografia do autor segue a nota: “Este texto é parte de uma conferência pronunciada em 1961. ECB ora o republica no Brasil por considerá-lo ainda atual em vários aspectos e por tratar de um tema que sempre estará presente em suas coleções: a função e a responsabilidade dos intelectuais.”

Nesse ensaio o autor destacou o lugar privilegiado do intelectual, pois “Enquanto os outros rendem culto ao deus Mammon, ou se inclinam ante os deuses do poder e da dominação, o intelectual procura, mediante a ‘chamada’ que se lhe apresentou, o caminho sempre acidentado, e até labiríntico, da verdade” (DENIS, 1979, p. 194). Em sua perspectiva é correto enaltecer essa posição do intelectual, devido à sua “aguda inteligência”, por isso e pela busca à verdade, ele “é o porta-voz dos conquistados, dos derrotados, dos ‘humilhados e ofendidos’. A sua missão, pela sua própria natureza radical, é a de revelar, mostrando, em toda a sua crueza, tudo o que há de falso, de injusto, de opressivo, na ordem social em que vive” (DENIS, 1979, p. 201).

Assim como, o quarto texto também foi originalmente escrito na década de 1960, embora sem uma data precisa foi indicado que se trata do fim, “O conto na Revolução”, do escritor argentino Júlio Cortázar, cuja nota mencionava: “Conferência pronunciada em Havana, há mais de dez anos atrás [sic]. As palavras de Cortázar guardam atualidade e servem como um dos pontos de partida para o exame e a discussão do fazer literário e seus alcances”.

Cortázar teceu críticas ao escritor que busca escrever sobre a revolução, ou revolucionariamente, a partir de seus termos, o que Sodré no texto acima chamou de “representação naturalística” (SODRÉ, 1979, p. 119).

Creio que o escritor revolucionário é aquele em que se fusionam indissoluvelmente a consciência de seu livre compromisso individual e coletivo, com essa outra soberana liberdade cultural que confere o domínio pleno de seu ofício. Se esse escritor, responsável e lúcido, decide escrever literatura fantástica, psicológica, ou voltada para o passado, seu ato é um ato de liberdade dentro da revolução, por isso é também um ato revolucionário, embora seus contos não se ocupem das formas individuais ou coletivas que a revolução adota. (CORTÁZAR, 1979, p. 210-211).

Moacyr Félix, nos editoriais da revista, debateu constantemente sobre engajamento, submissão da estética ante a ética e qual era o papel que o escritor

devia se prezar. Logo há entre as posições de Cortázar e os outros textos do dossiê uma consonância com as defendidas pelos editores, o que aponta para um descompasso com as críticas realizadas à intelectualidade vanguardista.

Muitos debates foram realizados nos anos 1960 e 1970 no Brasil já com críticas sobre artistas que se submetiam à direção pecebista, o que se acirrou nos anos 1980, sobretudo quando o partido e a cultura de esquerda oriunda dos CPCs entraram em declínio e passaram a concorrer com outras formas de expressão artística, que ganhavam cada vez mais destaque e se cimentavam como a cultura que seria dominante, fazendo do PCB e sua política cultural um resíduo com marcas na indústria de entretenimento.

Em nome de uma sofisticação artística, Cortázar afirmou:

[...] contrariamente ao critério estrito de muitos que confundem literatura com pedagogia, literatura com ensino, literatura com doutrinação ideológica, um escritor revolucionário tem todo o direito de dirigir-se a um leitor muito mais complexo, muito mais exigente em matéria espiritual do que imaginam escritores e os críticos improvisados pelas circunstâncias e convencidos de que seu mundo pessoal é o único mundo existente, de que as preocupações do momento são as únicas preocupações válidas. (CORTÁZAR, 1979, p. 211).

E concluiu com uma crítica aos que defendiam a “arte popular”: “o interesse apaixonado que despertam muitos contos e romances nada simples nem acessíveis, deveria fazer suspeitar aos partidários do mal chamado ‘arte popular’ que sua noção de povo é parcial, injusta e, em última análise, perigosa” (CORTÁZAR, 1979, p. 212).

O primeiro artigo do dossiê, “O compromisso social do escritor”, assinado pelo jornalista Luiz Fernando Emediato e o sociólogo peruano Rúben Elias, apesar de tecer críticas a algumas percepções da cultura nacional popular com foco em Ferreira Gullar e o livro *Vanguarda e subdesenvolvimento*, procurava de forma propositiva, ou seja, diferentemente do criticismo do intelectual da década de 1980, encontrar uma forma de expressão da cultura nacional popular, sua literatura e política, que “só conseguirão expressar-se cabalmente se conseguirem entender a complexidade da realidade presente a partir da indagação de suas probabilidades, através da superação de suas antigas determinações.” (EMEDIATO; ELIAS, 1979, p. 179).

Para a nossa discussão não cabe detalhar todos os artigos, mas gostaríamos, para finalizar, discutir o sétimo: “Os bobos da corte estão levitando”, de Sérgio

Augusto, que apontou algumas contradições dos intelectuais e suas atuações na indústria cultural, particularmente a partir da figura do crítico e do criticado (artistas).

O autor recordou um fato ocorrido meses antes da publicação do texto, em que Caetano Veloso qualificou de “canalha comunista” os críticos que “monopolizam” as seções nos jornais e “obedecem a dois senhores: o dono da empresa e o chefe do partido (leia-se Partido Comunista)” (AUGUSTO, 1979, p. 234). Demonstrando que a “hegemonia de esquerda” apesar de ser constantemente esvaziada pela indústria cultural e pela ditadura militar ao longo dos anos 1970 ainda continuava a reverberar entre aqueles que a constituíram. A frase de Caetano foi dita no contexto da polêmica das “patrulhas ideológicas”, lançada por Cacá Diegues.

Sérgio Augusto afirmou que a imprensa conservadora nunca havia adulado tanto Caetano Veloso quanto no final dos anos 1970. “Dá para desconfiar” (AUGUSTO, 1979, p. 234). “Nos dias correntes, a maneira mais fácil de se angariar espaço permanente nos mais vetustos jornais do país não é ser um grande autor, mas um autor disposto a endossar-lhes a paranoia de que as esquerdas constituem sério obstáculo para a redemocratização do Brasil.” (AUGUSTO, 1979, p. 235).

O autor concluiu seu texto dizendo: “O essencial na capciosa polêmica das patrulhas não é bem saber quem é quem, e sim de que lado estão as forças dominantes, se dos patrulheiros ou dos patrulhados. Pois são elas, em suma, que decidem a questão.” (AUGUSTO, 1979, p. 240-241).

O termo “patrulha ideológica” foi cunhado por Cacá Diegues em entrevista ao *Estadão* após ser acusado de alienado e racista com os filmes *Xica da Silva* (1975) e *Chuvas de Verão* (1978), pois já não reproduziam o padrão de engajamento típico do Cinema Novo, segundo os patrulheiros. Mais do que uma simples polêmica, Napolitano (2017, p. 240) aponta para “um sintoma da crise maior que marcou o fim de um ciclo de engajamento artístico que se iniciou no final dos anos 1950”, ou seja, o nacional-popular.

Como expressão da intelectualidade, o nacional-popular é resultado de um longo processo histórico que combinou características distintas e que consolidou a relação entre arte e política, Napolitano (2017, p. 240-241) cita a “tentativa de articular a expressão estética nacional-popular e as premissas do modernismo”; em termos políticos, o autor fala na “tensão entre o dirigismo partidário e a busca de liberdade de expressão e criação”.

O debate sobre as patrulhas tornou-se então a chance de os liberais e conservadores “isolar e neutralizar a influência de esquerda como um todo,

mas, sobretudo, a hegemonia cultural de esquerda comunista” (NAPOLITANO, 2017, p. 258), fato percebido no calor dos acontecimentos por Sérgio Augusto que acusou em seu ensaio na *Encontros* vários intelectuais de surfarem a onda do mercado: “Num país incrivelmente rico em analfabetos e miseráveis como o nosso, qualquer um que viva de escrever e publicar o que escreve é um elitista, inclusive Jorge Amado, que por sinal possui um padrão de vida superior à quase totalidade dos críticos” (AUGUSTO, 1979, p. 238). Conforme Napolitano (2017, p. 259-260),

[...] o artista de esquerda não poderia mais supor que a ‘a ida ao mercado’ era uma estratégia sem consequências políticas, veículo neutro para expor suas ideias a um público mais amplo [...] Cada vez mais, a indústria da cultura exigia fórmulas estéticas voltadas para o consumo cultural ligado ao entretenimento, o que nem sempre se harmonizava com as exigências políticas em torno da arte engajada. [...] como seria possível uma arte engajada mediada pela lógica do consumo cultural industrializado?

A resistência cultural que outrora uniu artistas e intelectuais de esquerda, em seu processo de redemocratização, revelou um clima de “confusão ideológica e divisionismo”. As discordâncias eram diametralmente sintetizadas entre patrulheiros e patrulhados, “revelando a fragilidade do debate e os dilemas da vida cultural, que eram veículos, por sua vez, dos dilemas da vida política em tempos de ‘abertura’” (NAPOLITANO, 2017, p. 260).

Considerações finais

A pluralidade intelectual da revista, que congregou já no primeiro volume nomes como Darcy Ribeiro, Ecléa Bosi, Eric Hobsbawm e Octavio Ianni, não conseguiu se traduzir num frentismo cultural e/ou democrático aglutinador de ideias e propostas teóricas de intervenção, a não ser pelo fato de estarem reunidas numa mesma publicação, o que não implica em frentismo. Os rompimentos e afastamentos no seio da própria esquerda aconteciam simultaneamente à tentativa de Ênio Silveira e Moacyr Félix promoverem debates não-sectaristas.

Entendemos que naquele momento, na passagem dos anos 1970 para os 1980, o problema do não-sectarismo foi interpretado equivocadamente por Ênio e Félix, que ainda traziam os resíduos pecebistas – inclusive anteriores ao golpe de 1964.

O sectarismo rejeitado pelos editores deveria ter sido interpretado sob nova chave. Em vez de estar associado aos comunistas dogmáticos, como Ênio e Félix entendiam, nos anos 1980, ele estava entre os intelectuais que recusavam qualquer tipo de vanguarda e viam apenas nos movimentos operários a alternativa social e sociologicamente válida. Em outras palavras, para esses grupos o que não era movimento de base era um equívoco interpretativo, um dirigismo intelectual.

Em que pese aos comunistas acusações de dirigismo, vanguardismo e distanciamento das massas, o PCB não estava desatento em relação aos acontecimentos do final da década de 1970 e não foi pego de surpresa quando eclodiu o movimento grevista em maio de 1978.

O editorial da *VO*¹⁰ de setembro de 77, por exemplo, já afirmava com firmeza: “a batalha pelo futuro já está em pleno curso. Para que ela seja travada com êxito, a classe operária [...] precisa – como já o vem fazendo – definir autonomamente [...] seu programa”. Em dezembro, o CC também já havia detectado que “o movimento sindical dá passos importantes em direção à conquista do direito de participar plenamente da vida pública brasileira.” (LIMA, 1995, p. 239).

Se, por um lado, Ênio Silveira e Moacyr Félix foram bem-sucedidos na blindagem do sectarismo comunista dos anos 1960 com a RCB, por outro, a difusão dos debates humanistas em favor da democracia tornou-se uma colcha de retalhos polifônica e polissêmica na *Encontros*, em que não foi possível capitanear a “estrutura de sentimento” (WILLIAMS, 1979) capaz de aglutinar todos os grupos.

O frentismo pecebista em ruína com a emergência do PT foi uma das expressões políticas da ruína editorial da *Encontros*. Em vez de formar uma “rede de sociabilidades” (SIRINELLI, 2003) ou uma “formação cultural” (WILLIAMS, 2000), a revista publicou fragmentos de várias vozes que disputavam a emergência de um projeto de Brasil em tempos de redemocratização. E os seus editores entraram na “batalha” com argumentos dos anos 1960, embora sem o sectarismo e tolhimento de novas vertentes intelectuais.

¹⁰ Voz Operária.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, S. Os bobos da corte estão levitando. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 12, jun. 1979.
- BETTO, F. A educação nas classes populares. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v.13, jul. 1979.
- CERQUEIRA FILHO, G. O intelectual e os setores populares. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 24, jun. 1980.
- CORTÁZAR, J. O conto na revolução. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 12, jun. 1979.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- DENIS, M. M. Dilema político dos intelectuais. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 12, jun. 1979.
- EMEDIATO, L. F.; ELIAS, R. O compromisso do escritor (questões gerais). **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 12, jun. 1979.
- FERNANDES, F. Tarefa dos intelectuais na revolução democrática. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 14, ago. 1979.
- LIMA, H. G. **O ocaso do comunismo democrático**: o PCB na última legalidade (1964-84). 1995. p. 499. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- NAPOLITANO, M. **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964- 1985). São Paulo: Intermeios, 2017.
- ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- RIDENTI, M. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.
- SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SILVEIRA, E. Por quê e Para quê. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v.1, jul. 1978.
- SIRINELLI, J. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003. p. 231-269.

SODRÉ, N. W. Posição e responsabilidade dos intelectuais. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v.18, dez. 1979.

SOUZA, L. A. G. O intelectual orgânico: a serviço do sistema ou das classes populares. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v.3, set. 1978.

VIEIRA, L. R. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a editora *Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.

WILLIAMS, R. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Recebido em: 30 de novembro de 2021.

Aprovado em: 20 de abril de 2022.